

Políticas Públicas e o Desenvolvimento da Ciência

Karine Dalazoana
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Karine Dalazoana

(Organizadora)

**Políticas Públicas
e o Desenvolvimento da Ciência**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas e o desenvolvimento da ciência [recurso eletrônico]
/ Organizadora Karine Dalazoana. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-95-6

DOI 10.22533/at.ed.956180512

1. Ciência – Estudo e ensino – Brasil. 2. Ciência – Aspectos
sociais. 3. Ciência – Política e governo. I. Dalazoana, Karine.

CDD 303.483

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A presente obra reúne modernos textos acerca da temática políticas públicas e desenvolvimento da ciência, traduzindo os resultados de pesquisas que vem sendo desenvolvidas em instituições de ensino superior e pesquisa por todo o Brasil.

Por se tratar de um tema amplo, dotado de uma infinidade de vieses, optou-se por utilizar seções temáticas, as quais facilitam a apresentação dos temas em áreas do conhecimento.

A primeira seção trata das diversas acepções e representações acerca da educação pública, com destaque especial ao ensino de ciências. Os textos versam sobre temáticas que vão da experimentação científica, permeando pelas aulas em campo e visitas técnicas, práticas vivenciais até findar no aspecto do aproveitamento escolar e na intervenção pedagógica.

A segunda seção concentra estudos de caráter experimental relacionados à microbiologia. Os temas englobam estudos de comportamento microbiano, antibiose e a utilização dos microrganismos no monitoramento ambiental.

A terceira seção se ocupa de estudos em bioquímica, especialmente voltados ao consumo e manufatura de alimentos, assim como finaliza com um estudo sobre o comportamento físico-químico de materiais naturais e sintéticos.

Na quarta seção tem-se um apanhado sobre as diversas estratégias em saúde coletiva desenvolvidas nos setores públicos e privados do País. Desse modo, têm-se discussões sobre saúde ocupacional e posteriormente acerca da saúde mental, voltadas para o aspecto da depressão e da ansiedade.

A quinta seção versa sobre estudos em ecobiologia e estratégias de gestão sustentável do meio ambiente, na qual os capítulos permeiam os aspectos mais diversos da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Trazendo estudos em entomologia, conservação da natureza, impactos socioambientais, agroecologia, ecologia vegetal e construções sustentáveis.

Na sexta seção são apresentados textos sobre tecnologia da informação e inovação tecnológica. Os capítulos tratam sobre o desenvolvimento de novas tecnologias e ferramentas inovadoras para facilitar tanto o aprendizado científico quanto as atividades cotidianas em áreas diversas do conhecimento.

A sétima seção traz um compêndio sobre gestão democrática e participação popular, na qual são apresentados textos sobre gestão escolar democrática, gestão em saúde, participação popular e gestão de custos.

Na oitava seção têm-se alguns estudos sobre representação visual, políticas públicas e o discurso racional. Os textos permeiam entre a autorrepresentação, iconografia, razão, direito e literatura.

Por fim, na nona seção, são apresentados estudos sobre mobilidade urbana, de modo a demonstrar diagnósticos e estratégias de melhoria à mobilidade em cidades brasileiras.

Espera-se que o leitor encontre informações atuais, contextualizadas com a realidade das diversas regiões brasileiras e, além disso, estudos modernos que contribuam para o desenvolvimento das políticas públicas e da ciência no Brasil.

Karine Dalazoana

SUMÁRIO

SEÇÃO I

POLÍTICAS PÚBLICAS, REPRESENTAÇÕES E ENSINO DE CIÊNCIAS

CAPÍTULO 1	1
VISITAS TÉCNICAS: RELEVANTE FERRAMENTA DIDÁTICA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE LICENCIANDOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
<i>Evandro Bacelar Costa</i>	
<i>Sárvia Rafaelly Nunes Santos</i>	
<i>Thaciane Lareska Vaz Sousa</i>	
<i>Alberto Alexandre de Sousa Borges</i>	
<i>Marlúcia da Silva Bezerra Lacerda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805121	
CAPÍTULO 2	10
CARAVANA CIENTÍFICA: AVALIAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO DE UMA PROPOSTA INTERDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO	
<i>Clemilda Figueredo Nascimento Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805122	
CAPÍTULO 3	16
HORTA ESCOLAR ORGÂNICA COMO LABORATÓRIO PARA CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL E ALIMENTAR DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA	
<i>Ítala Lorena de Lima Ferreira</i>	
<i>Raildo de Souza Torquato</i>	
<i>Juliana Ferreira Calfas</i>	
<i>Vanesse do Socorro Martins de Matos</i>	
<i>Augusto Izuka Zanelato</i>	
<i>Ademir Castro e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805123	
CAPÍTULO 4	23
O EXPERIMENTO “LABIRINTO ELÉTRICO” COMO FERRAMENTA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA ELETRICIDADE	
<i>Honório Pereira da Silva Neto</i>	
<i>Yara Maria Resende da Silva</i>	
<i>Miguel Henrique Barbosa e Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805124	
CAPÍTULO 5	30
DESCARTE DE RESÍDUOS EM AULAS DE LABORATÓRIO DE QUÍMICA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR	
<i>Julia Carneiro Romero</i>	
<i>Wesley Nascimento Guedes</i>	
<i>Fábio Alan Carqueija Amorim</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805125	
CAPÍTULO 6	47
A CONCEPÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA CONEXÃO AQUARELA SOBRE O ENSINO DA QUÍMICA: PRESSUPOSTOS E DELIBERAÇÕES	
<i>Juliana Pereira Fadul</i>	
<i>Nicole Karen Vasconcelos Varela da Silva</i>	
<i>Ineval Borges dos Santos Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9561805126	

CAPÍTULO 7 54

CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES EM
RELAÇÃO AO CONCEITO CIENTÍFICO DE LIPÍDIOS

Raquel Miranda de Souza Nogueira Sampaio

Rodrigo Maciel Lima

DOI 10.22533/at.ed.9561805127

CAPÍTULO 8 70

PET LICENCIATURAS E A EXPERIÊNCIA DE PROTAGONISMO DISCENTE NO PROJETO A CIÊNCIA FEMININA

Ana Cristina de Sousa

Ana Luísa Santos de Carvalho

Giulia de Oliveira Pinheiro

Glêvia Ferraz Bezerra

Kelly Karoline Sena dos Santos

Lorena Savazini

Mateus Santos Carapiá

Ubiratam Gomes dos Santos Júnior

Wallace Rezende Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.9561805128

CAPÍTULO 9 83

REPROVAÇÃO X APROVAÇÃO: QUANDO A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA FAZ A DIFERENÇA

Janis Helen Vettorazzo

DOI 10.22533/at.ed.9561805129

SEÇÃO II

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS EM MICROBIOLOGIA

CAPÍTULO 10 94

ANÁLISE DA SUSCETIBILIDADE A ANTIMICROBIANOS DE BACTÉRIAS VEICULADAS POR FORMIGAS EM
AMBIENTE NOSOCOMIAL

Jéssica Karine Távora de Sousa

Gleciane Costa de Sousa

Francilene de Sousa Vieira

Gizelia Araújo Cunha

Francisco Laurindo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051210

CAPÍTULO 11 104

AVALIAÇÃO MICROBIOLÓGICA DE SOBRAS DE ALIMENTOS EM UM RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO

Karine Barbosa de Menezes

Rodrigo César de Moura Castro Alves

Milena de Castro Fernandes

Laudilse de Moraes Souza

Maria Cristina Delgado da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051211

CAPÍTULO 12 109

EFEITO ANTIMICROBIANO DE EXTRATOS VEGETAIS EM BACTÉRIAS PRODUTORAS DE β - LACTAMASES DE
ESPECTRO ESTENDIDO

Gizelia Araújo Cunha

Francilene de Sousa Vieira

Gleciane Costa de Sousa

João Alberto Santos Porto

Jéssica Karine Távora de Sousa

Francisco Laurindo da Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051212

CAPÍTULO 13..... 123

MONITORAMENTO AMBIENTAL DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS COLIMÉTRICAS DOS RIOS CAPIVARI E BACAXÁ NA REGIÃO DOS LAGOS - RJ

Priscila Gonçalves Moura
Antônio Nascimento Duarte
Lucianna Helene Silva dos Santos
Adriana Sotero-Martins

DOI 10.22533/at.ed.95618051213

SEÇÃO III

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTUDOS EM BIOQUÍMICA

CAPÍTULO 14..... 136

DETECÇÃO DE AGLUTININAS NA CASCA E AMÊNDOA DE COIX LACRYMA-JOBI

Maurício Oliveira Paixão
Silvana Braga da Silveira
Wagner Pereira Félix

DOI 10.22533/at.ed.95618051214

CAPÍTULO 15..... 141

ANÁLISE DO PH DA ÁGUA CONSUMIDA POR FUNCIONÁRIOS E ALUNOS DO IFBA – BARREIRAS

Tatielly de Jesus Costa
Josilene Rosa Sobral
Lilian Karla Figueira da Silva
Alexandre Boleira Lopo

DOI 10.22533/at.ed.95618051215

CAPÍTULO 16..... 146

AValiação dos Índices de Acidez e Peróxidos do Óleo de Soja Utilizado em Frituras de Alimentos Comercializados no Centro da Cidade de Ilhéus-BA

Marina Santos de Jesus
Luana Santos Moreira
Florian dos Santos Costa
Clissiane Soares Viana Pacheco
Fábio Alan Carqueija Amorim

DOI 10.22533/at.ed.95618051216

CAPÍTULO 17..... 159

ESTUDO DO COMPORTAMENTO MECÂNICO DE COMPÓSITOS REFORÇADOS COM TECIDOS DE ALGODÃO E NYLON

Marcos Lopes Leal Júnior
Marcos Massao Shimano

DOI 10.22533/at.ed.95618051217

SEÇÃO IV

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTRATÉGIAS EM SAÚDE

CAPÍTULO 18..... 171

“INVESTIMENTOS” EM SAÚDE DO TRABALHADOR: ENTRE A OBRIGAÇÃO LEGAL E A VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS EM CRUZ DAS ALMAS – BAHIA

José Tenório dos Santos Neto
Ana Virgínia Pereira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.95618051218

CAPÍTULO 19..... 182

GERENCIANDO O RISCO ASSISTENCIAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO CLÍNICA: PREVENÇÃO DE LESÃO POR PRESSÃO (LPP)

Tatiana Rosa do Carmo

Thaís Almeida de Paula

Sebastião Ezequiel Vieira

DOI 10.22533/at.ed.95618051219

CAPÍTULO 20..... 186

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS A SINTOMAS DE ANSIEDADE EM IDOSOS

Juciara Maria Cunha

Gabriela Sales dos Santos

Samara Carolina Rodrigues

Alessandra Santos Sales

Paulo da Fonseca Valença Neto

Lélia Lessa Teixeira Pinto

Icaro José Santos Ribeiro

Cezar Augusto Casotti

DOI 10.22533/at.ed.95618051220

CAPÍTULO 21..... 194

PREVALÊNCIA E FATORES ASSOCIADOS À SINTOMATOLOGIA DEPRESSIVA EM IDOSOS

Juciara Maria Cunha

Samara Carolina Rodrigues

Gabriela Sales dos Santos

Alessandra Santos Sales

Lélia Lessa Teixeira Pinto

Cezar Augusto Casotti

DOI 10.22533/at.ed.95618051221

SEÇÃO V

ESTUDOS EM ECOBIOLOGIA E ESTRATÉGIAS SUSTENTÁVEIS

CAPÍTULO 22..... 203

IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE COLEÓPTEROS DEPOSITADOS NAS COLEÇÕES ENTOMOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, CAMPUS IX

Adriana Gonçalves Barbosa

Juliana Luiz dos Santos

Diany dos Santos Ibiapina

Greice Ayra Franco-Assis

DOI 10.22533/at.ed.95618051222

CAPÍTULO 23..... 208

VALORAÇÃO ECONÔMICA DA DEGRADAÇÃO DO CERRADO: O CASO DO PEQUI (CARYOCAR BRASILIENSE CAMB.)

Amanda Ferreira Andrade

Humberto Ângelo

DOI 10.22533/at.ed.95618051223

CAPÍTULO 24 216

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELAS CONSTRUÇÕES INADEQUADAS NO MUNICÍPIO DE
GUANAMBI-BA

Ana B. M. Guimarães

Nicole S. Malheiros

Vitoria L. Fernandes

Indira T. L. Rego

Hudson A. Costa

DOI 10.22533/at.ed.95618051224

CAPÍTULO 25 219

PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS EM SC: ENTRAVES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE AGRICULTORES FAMILIARES

Rafael Dantas Dias

DOI 10.22533/at.ed.95618051225

CAPÍTULO 26 236

TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO SERTÃO PRODUTIVO,
CANDIBA-BA

Brisa Ribeiro de Lima

Elcivan Pereira Oliveira

Enok Pereira Donato Júnior

Felizarda Viana Bebé

Priscila Alves Lima

DOI 10.22533/at.ed.95618051226

CAPÍTULO 27 241

USO DA TOPOGRAFIA EM LEVANTAMENTO ALTIMÉTRICO PARA A MEDIÇÃO DE ALTURA DE ÁRVORES ARBÓREAS

Francisco Almeida Ângelo

Davi Rodrigues Silva

Barbara Rodrigues Gusmão

Ivanildo Antônio dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.95618051227

CAPÍTULO 28 249

SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL: ESTUDO DA VIABILIDADE DA UTILIZAÇÃO DE FÔRMAS DE
POLIPROPILENO EM COMPARAÇÃO A FÔRMAS DE MADEIRA

Alberto de Sousa Mol

Brenda Fernanda Araújo Maia

Bruno Dutra Vidigal

Helton Gonçalves Silva Junio

DOI 10.22533/at.ed.95618051228

SEÇÃO VI

POLÍTICAS PÚBLICAS, ESTUDOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO

CAPÍTULO 29 258

DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVO PARA AUXILIAR A APRENDIZAGEM DAS LEIS DE MENDEL

Fernanda da Silva Vieira

Beatriz Bezerra De Souza

Emídio José de Souza

Gustavo Soares Vieira

Wilza Carla Moreira Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051229

CAPÍTULO 30 265

DESENVOLVIMENTO DE FERRAMENTAS COMPUTACIONAIS PARA AUXILIO NO ENSINO DA TEORIA DAS CORES

Helder Gualberto Andrade Rodrigues Junior

Fabio Luiz Sant'Anna Cuppo

DOI 10.22533/at.ed.95618051230

CAPÍTULO 31 274

DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA DE STEWART PARA SIMULAÇÃO DE MONTAGEM DE BLOCOS DE EMBARCAÇÃO EM LABORATÓRIO

Janaína Ribas de Amaral

Roberto Simoni

DOI 10.22533/at.ed.95618051231

CAPÍTULO 32 288

INTEGRAÇÃO DE APLICAÇÕES PARA AUTOMATIZAR RESERVAS DE VIAGENS: UMA ABORDAGEM USANDO PADRÕES

Edinaldo Gaspar da Silva

Fabricia Roos Frantz

Rafael Z. Frantz

DOI 10.22533/at.ed.95618051232

SEÇÃO VII

POLÍTICAS PÚBLICAS, GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO 33 299

A DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA ATRAVÉS DOS CONSELHOS ESCOLARES: UMA EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE ÉRICO CARDOSO – BAHIA

Kleonara Santos Oliveira

André Lima Coelho

Martha de Cássia Nascimento

Arthur Prado Netto

DOI 10.22533/at.ed.95618051233

CAPÍTULO 34 304

ESTUDO DO CONSELHO DE SAÚDE DE UM MUNICÍPIO DE MÉDIO PORTE INTEGRANTE DA RIDE-DF

Thayna Karoline Sousa Silva

Mariana Sodario Cruz

Danylo Santos Silva Vilaça

DOI 10.22533/at.ed.95618051234

CAPÍTULO 35 315

10ENVOLVER: FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO POPULAR EM CINCO MUNICÍPIOS DE MENOR IDH-M DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Valéria Cristina da Costa

Leonel de Oliveira Pinheiro

Luís Ricardo de Souza Corrêa

Patrícia Jeane Queiroz de Souza

Anne Raquel Queiroz Souza

Artemiza Oliveira Souza

Carlos Daniel Ribeiro Santos

Deliene Fracete Gutierrez

Eliana Batista dos Santos

Eliete Ramalho Gomes

Gresiane Soares Lima
Juliana Lemes da Cruz
Kátia Maria da Silva
Leonardo de Oliveira Pinheiro
Mayne Luísa Silva Veronesi
Nacip Mahmud Láuar Neto

DOI 10.22533/at.ed.95618051235

CAPÍTULO 36 331

METODOLOGIA PARA APURAÇÃO DE CUSTOS EM UMA IFES: O CASO DA UFAL

Lucas Silva De Amorim
Lílian Gabriela Pontes Rolim
Anderson De Barros Dantas

DOI 10.22533/at.ed.95618051236

SEÇÃO VIII

REPRESENTAÇÃO VISUAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E O DISCURSO RACIONAL

CAPÍTULO 37 342

DO AUTORRETRATO A SELFIE: A CARICATURA DO EGO

Virgínia De Fátima De Oliveira E Silva

DOI 10.22533/at.ed.95618051237

CAPÍTULO 38 344

ICONOGRAFIA VISUAL NA HISTÓRIA DA INFÂNCIA: AS OBRAS DE ARTES NO ESTUDO DE ARIÈS

Mayelle da Silva Costa
Alexandre Silva dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.95618051238

CAPÍTULO 39 359

OS ERROS DA RAZÃO OCIDENTAL NO CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS, DE F.W. NIETZSCHE

Adolfo Miranda Oleare

DOI 10.22533/at.ed.95618051239

CAPÍTULO 40 369

DIREITO E LITERATURA: DA UNIVERSIDADE PARA A ESCOLA

Conceição Aparecida Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.95618051240

SEÇÃO IX

POLÍTICAS PÚBLICAS E MOBILIDADE URBANA

CAPÍTULO 41 384

TAXA DE MOBILIDADE DE SALVADOR; UM ESTUDO DE CASO DO IMBUI PARA O INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA – IFBA

Anamaria Miguez Martinez de Souza
Jancarlos Menezes Lapa
Lavínia Carmo
Júlia Nunes Ramos
Naiara Epitáfio Silva
Lorena Rocha Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.95618051241

CAPÍTULO 42 393

TRÂNSITO ACESSÍVEL: UMA TECNOLOGIA PARA A HUMANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE DEFICIENTES VISUAIS

Karla Rocha Carvalho Gresik Renato Barreto

Gonzaga

Bruno Raí Santos Silva

Getílio Pereira Dias Junior Catilene Souza

Florêncio Sampaio Mariana de Oliveira Neres

DOI 10.22533/at.ed.95618051242

SOBRE A ORGANIZADORA 406

REPROVAÇÃO X APROVAÇÃO: QUANDO A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA FAZ A DIFERENÇA

Janis Helen Vettorazzo

Centro Universitário Internacional - UNINTER,
Curitiba - PR

RESUMO: o presente trabalho tem como objeto de estudo a intervenção pedagógica em uma escola pública municipal da cidade de Araucária/PR, sobre o embate de a reprovação ser ou não ser a solução. O objetivo de pesquisa é demonstrar que na avaliação os seus resultados não importam, e sim, a qualidade daquilo que foi aprendido, se as práticas pedagógicas forem significativas e efetivas. Nesse contexto, o pedagogo junto ao Conselho Escolar ativo é elemento mediador em busca de melhoria na aprendizagem e progressos no rendimento escolar, fazendo uso de instrumentos avaliativos organizados e implementados cujos resultados estatísticos tenham o propósito de sanar problemas junto à comunidade escolar: quanto aos alunos que não realizavam atividades em sala ou tarefas de casa; bem como aos pais que não respondiam bilhetes, ou não compareciam às reuniões, alegando implicância do professor com relação ao seu filho; e viam no recurso de revisão de resultado final a possibilidade de driblar o sistema. O estudo realizado ressaltou a importância do trabalho pedagógico em criar parceria família-escola com respaldo

do Conselho Escolar e dos órgãos oficiais competentes para reverter a situação. Desta forma, a participação ativa na vida escolar dos estudantes proporciona melhora positiva em relação ao ensino-aprendizagem e interfere na qualidade do ensino. Assim, avaliar significa mais do que saber em que nível de apropriação de um determinado conteúdo o aluno está ou o que ainda falta. Avaliar é perceber como anda a aprendizagem dos alunos e repensar as metodologias de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação. Reprovação. Intervenção Pedagógica.

ABSTRACT: The present work has as object of study the pedagogical intervention in a municipal public school of the city of Araucária / PR, on the clash of the school failure to be or not to be the solution. The research objective is to demonstrate that in the evaluation, its results do not matter, but rather the quality of what has been learned, if the pedagogical practices are meaningful and effective. In this context, the pedagogue with the Active School Board is a mediating element in search of improvement in learning and progress in school performance, making use of organized and implemented evaluation instruments whose statistical results are intended to solve problems in the school community: who did not perform classroom or homework activities; as well as parents

who did not answer tickets or did not attend the meetings, alleging that the teacher was concerned about their child; and saw in the resource of revision of final result the possibility of dribbling the system. The study underlined the importance of the pedagogical work in creating family-school partnership with the support of the School Council and the official bodies competent to reverse the situation. In this way, the active participation in the school life of the students provides positive improvement in relation to teaching-learning and interferes in the quality of teaching. Thus, evaluating means more than knowing at what level of appropriation of a given content the student is or what is still missing. To evaluate is to understand how students learn and rethink the teaching methodologies.

KEYWORDS: Evaluation. School Failure. Pedagogical Intervention.

1 | INTRODUÇÃO

Em todo final de ano letivo o embate se repetia sobre a reprovação ser ou não ser a solução. Desde 2011 a equipe pedagógica de uma escola pública de ensino fundamental nível I, do Município de Araucária/PR, vem discutido práticas com o objetivo de sanar estes problemas.

Os artigos 205, 206 e 208 da Constituição Federal; o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96; os artigos 53 e 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA Lei 8069/90; definem a educação como um direito de todos, dever do Estado e da família e como papel social o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, a Secretaria Municipal de Educação - SMED junto ao Conselho Municipal de Educação - CME/Araucária, a cada ano regulamentam procedimentos para o requerimento de revisão de resultados finais em obediência à Lei Municipal nº 1530 de 02/11/2014 deste município.

A escola estudada vinha enfrentando problemas junto à comunidade escolar quanto: - aos alunos que não realizavam as atividades em sala, tarefas de casa, trabalhos sugeridos, estudos para as avaliações; - bem como aos pais que não respondiam bilhetes, não compareciam em reuniões, não acompanhavam a vida acadêmica de seus filhos, desconheciam o trabalho do professor, alegavam implicância do professor com relação ao seu filho; - e viam o recurso de revisão de resultado final como possibilidade de driblar o sistema.

Segundo Diogo (1998, p. 20), ao longo do tempo, a relação escola-família foi sofrendo algumas transformações, evoluindo de uma relação assimétrica, onde era atribuído um maior poder à escola e um papel mais passivo aos pais, para uma relação mais simétrica, de maior proximidade e onde a colaboração estreita entre família e escola é desejável.

É de extrema importância que os pais e responsáveis acompanhem a educação

de seus filhos durante todo o período letivo. Participar ativamente da vida escolar deles proporciona melhora positiva em relação ao ensino-aprendizagem e interfere na qualidade do ensino.

No entanto, quando o percurso não segue este rito, faz-se necessário a intervenção pedagógica escolar, objeto deste estudo. A avaliação de certo modo é um instrumento que amedronta quanto mais ao final de um ano letivo. Porém, o objetivo é demonstrar que os resultados das avaliações não importam e sim a qualidade daquilo que foi aprendido.

2 | METODOLOGIA

A LDB nº 9.394/96 determina que a avaliação da aprendizagem, nas instituições educacionais, deve indicar o caminho da aprendizagem. Assim, a avaliação deve servir de diagnóstico ao processo educacional, permitindo a intervenção na mesma.

Deste modo, a avaliação precisa indicar o porquê da não-aprendizagem, quais foram as causas que levaram os indivíduos em processo de formação a não aprenderem.

Boa Educação é quando todos os alunos aprendem. Porém, as práticas pedagógicas precisam considerar as especificidades de aprendizagem de cada um. Uma alternativa para melhoria na qualidade de ensino e evitar que a aprovação compulsória forme analfabetos funcionais, é realizar discussões entre os autores da comunidade escolar e criar instrumentos que: viabilizem o trabalho do professor; possibilite reflexões e retomadas de conteúdos com novas metodologias de ensino e aprendizagem.

Com base nessas considerações e diante da problemática sobre o tema reprovação x aprovação, a equipe pedagógica junto ao Conselho Escolar desta unidade educacional têm realizado discussões e buscado novas práticas, com base nos princípios de gestão democrática, para intervir nestes quesitos.

Até o ano de 2009, cada pedagogo mantinha a sua própria sistemática de registro a respeito da vida escolar dos estudantes sobre sua coordenação, eram simples anotações decorrentes de disciplinas em que estivessem envolvidos. Nota-se que por esta eventualidade, apenas os estudantes com questões disciplinares possuíam informações relatando o ocorrido, a mediação no problema e assinaturas de ciência do ocorrido.

Assim, essas informações pouco ou nada contribuíam sobre o desfecho de resultado final no ano letivo, e na lacuna de qualquer outra anotação relevante ao aprendizado dos alunos, os pais conseguiam, via recurso, modificar o resultado final que fosse diferente do esperado.

Apartir de 2010, a equipe pedagógica em reunião de planejamentos, que antecede

ao início das aulas, discutiu e viabilizou uma Ficha de Acompanhamento Individual de cada aluno. Nessa deveria constar: os dados pessoais do aluno; informações sobre a família; anotações sobre todos os encaminhamentos realizados com e para o aluno, bem como os retornos dos mesmos; diferentes atendimentos e especificidades de necessidades educacionais com locais e números de atendimentos semanais; laudos e providências médicas; todas as anotações referentes à aprendizagem e defasagem do aluno durante cada bimestre, bem como os procedimentos adotados para se reverter o quadro e o resultado

No entanto, mesmo com todo este respaldo, ainda assim, algumas famílias conseguiam modificar o resultado por meio de recursos, alegando que em virtude da jornada de trabalho não conseguiam acompanhar a aprendizagem de seu filho, delegando ser esta função unicamente da escola, pois sua função social é a de ensinar.

A fim de intensificar a prática pedagógica, contemplar todas as necessidades educacionais dos estudantes, atender as demandas familiares e fazer cumprir os princípios de gestão democrática, em 2011, a equipe pedagógica novamente se reúne, discute e busca respaldo em lei para garantir que os pais sejam notificados de toda e qualquer atitude de seu filho dentro do âmbito acadêmico, além de manter a organização do ano anterior sobre a Ficha de Acompanhamento Individual.

Por meio de convocações com base no ECA Lei 8069/90 (Art. 54, § 3º; Art. 98, II; Art. 101, III; Art. 129, V; Art. 56; Art. 131 e Art. 249) os pais são chamados para participarem e acompanharem o desenvolvimento e aprendizagem de seus filhos, sob pena de responderem por negligência familiar e descumprimento de dispositivo legal. Sendo o descumprimento comunicado via relatório, encaminhados ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público, ficando o familiar sujeitos às sanções legais cabíveis.

Em 2012 a equipe pedagógica, junto ao Conselho Escolar e à Direção Escolar, estudam e discutem sobre maneiras de a comunidade escolar ver a escola como parceira na relação ensino e aprendizagem. A princípio convidam a comunidade para participarem de um café colonial como forma de abrir as portas deste espaço para todos. Na sequência, organizam uma roda de conversa em que os pais possam ser ouvidos sobre as dificuldades e necessidades que encontram sobre a aprendizagem de seus filhos.

Com base nas discussões, é organizado um cronograma de cursos de formação com pais e seus filhos sobre: limites, responsabilidade e hábitos de estudos, momento em que podem discutir, trazer dúvidas e trocar experiências.

Em 2013, o quesito parceria escola-família havia sido superado, atenuando, assim, as assimetrias sociais e proporcionando condições para que cada aluno desenvolvesse o seu próprio percurso. No entanto, havia outras questões ainda em entaves, tais como: as estratégias desenvolvidas pela escola para lidar com a adversidade e despertar em todos, interesse e motivação, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem, e o que deveria ser valorizado no processo ensino aprendizagem relativo aos conteúdos programáticos.

Deste modo, com base nas Diretrizes Curriculares do Município, Proposta Pedagógica, Planejamentos e Planos de Aulas, a equipe pedagógica e os docentes traçam critérios mínimos de apropriação de conteúdos necessários para a aprovação em ano/série subsequente, em Reuniões Pedagógicas, em Conselho de Classe e firmam Termo de Compromisso com os pais.

Cabe lembrar, que a LDB 9394/96, dá a prerrogativa de cada sistema de ensino escolher seu formato de organização, conforme dispõe o § 1º do artigo 32. Sendo assim, a SMED de Araucária não adotou o sistema de ensino em ciclos.

Nos anos subseqüentes, 2014 e 2015, a equipe pedagógica intervém com práticas significativas que geram resultados positivos gradativos quanto à aprendizagem dos alunos, solucionando o embate reprovação x aprovação, tanto por parte dos pais quanto, dos professores. Segundo, Romanowski e Wachowicz (2006):

A avaliação da aprendizagem adota duas modalidades, a formativa e a somativa. A avaliação formativa é a que procura acompanhar o desempenho do aluno no decorrer do processo de aprender e a somativa é a realizada no final desse processo e visa indicar os resultados obtidos para definir a continuidade dos estudos, isto é, indica se o aluno foi ou não aprovado (p. 89).

Assim, os pedagogos da unidade escolar estudada decidem por realizar uma avaliação institucional com base no planejamento do professor, com elaboração, aplicação e correção por parte do pedagogo ao final do ano letivo, a todos os alunos da escola, com vistas e ciência aos pais no Conselho de Classe Final Participativo.

E como aperfeiçoamento desta prática resolve em 2015, realizar a avaliação a todos os alunos em dois momentos (1º e 2º Semestre) com base no planejamento e pré-requisitos de aprovação; convocar os pais para a ciência sob pena de sanções do ECA Lei 8069/90 por negligência familiar; tabular os dados para serem discutidos entre professor e pedagogo para a reflexão, reelaboração de planejamento, retomada dos conteúdos, e inserção de novas metodologias de ensino e aprendizagem.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Fernandes (2006, p.16), ao construir coletivamente o processo avaliativo, possibilitar-se-á a intervenção direta da coletividade na aprendizagem, pois será criado um vínculo de significação com cada sujeito em particular, uma vez que todos se tornam aprendentes.

Quando os pais são presentes e acompanham o crescimento educacional dos filhos dia a dia, suas habilidades sociais aumentam e a chance de problemas comportamentais diminui. Quanto maior o envolvimento dos pais nas experiências escolares das crianças, mais facilidade de apropriação dos conteúdos trabalhados

elas terão.

Deste modo, avaliar significa mais do que saber em que nível de apropriação de um determinado conteúdo o aluno está ou o que ainda falta. Avaliar é perceber como anda a aprendizagem dos alunos e repensar as metodologias de ensino. E para tanto, nas palavras de Both (2011):

[...] todo avaliador deve ter absoluta clareza com relação ao conceito de avaliação, pois desta maneira, a avaliação cumpre com maior possibilidade de acerto o seu objetivo de facilitar a aprendizagem em prol de bom desempenho do ser humano (p. 123).

Assim, a equipe pedagógica em busca de melhoria na aprendizagem e progressos no rendimento escolar, faz uso de instrumentos avaliativos organizados e implementados e de seus resultados estatísticos com o propósito de:

- detectar dificuldades dos alunos;
- sugerir e instrumentalizar o professor de novas metodologias;
- propor novos encaminhamentos;
- organizar reforço e retomada de conteúdos específicos;
- integrar o trabalho entre os professores de todos os anos/séries para continuidade da função social da escola;
- envolver as famílias e capacitá-las para participar da vida escolar e auxiliar nas tarefas para casa;
- analisar e deliberar se o aluno está apto ou não a dar continuidade em seus estudos.

Neste sentido organizaram-se as avaliações institucionais orientadas pelas Diretrizes Curriculares do Município, Proposta Pedagógica, Planejamentos e Planos de Aulas, com 05 questões de Matemática, 05 questões de Língua Portuguesa e 01 Produção Escrita (P.E.) considerando os critérios mínimos de apropriação de conteúdos necessários para a aprovação em ano/série subsequente, conforme quadros 1 a 5 (anexo 1).

Cabe ressaltar, que mesmo os alunos matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental, nível I, são submetidos à avaliação institucional a critérios de planejamentos e práticas pedagógicas, pois conforme determina a lei, Resolução nº 08/2006 do CME/Araucária, que em seu art. 9º, com redação dada pela Resolução nº 02/2010 do CME/Araucária, rege-se pela aprovação automática.

Com base nos resultados das avaliações e da tabulação dos dados foi possível que professores e pedagogos refletissem sobre a situação no sentido de reelaborar o planejamento, retomar conteúdos, e inserir de novas metodologias de ensino e aprendizagem.

Os gráficos abaixo representam uma amostra evolutiva de uma turma de 2º ano (período escolar caracterizado como de maiores dificuldades de aprendizagem e

repetências), referente ao 1º e 2º semestre do período letivo de 2015:

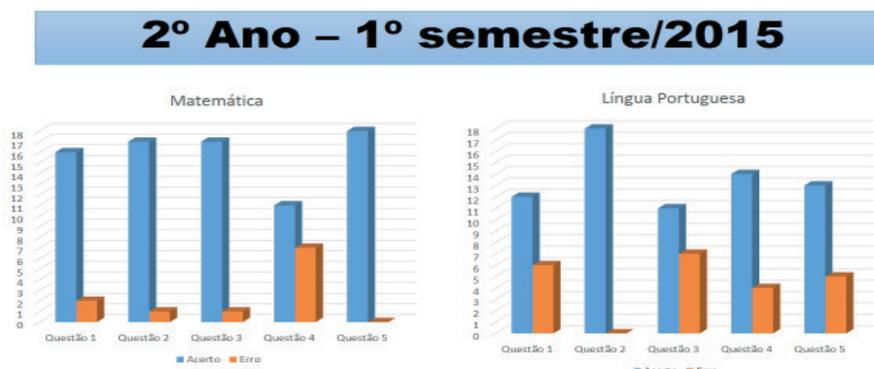


Gráfico 01 – Estatísticas de Resultado de Avaliação Institucional – 1º semestre

Fonte: Gráfico Elaborado Pela Equipe Pedagógica

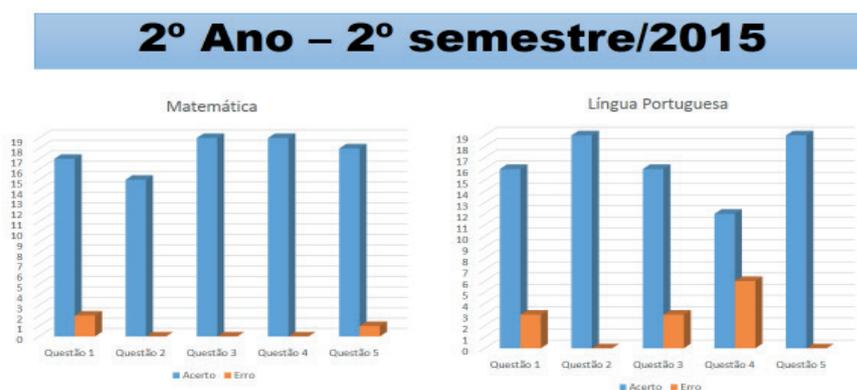


Gráfico 02 – Estatísticas de Resultado de Avaliação Institucional – 2º semestre

Fonte: Gráfico Elaborado Pela Equipe Pedagógica

Observa-se que o nível de apropriação dos conteúdos ao longo do ano letivo teve aumento considerável, ao verificar a diminuição no número de erros por questões em cada uma das disciplinas.

O resultado positivo da intervenção pedagógica na unidade educacional estudada, além de produzir todo o respaldo legal e pedagógico, também conseguiu tecer parcerias entre famílias e escola e com ganho substancial de aprendizagem por parte dos alunos. Como se observa no gráfico 03 de Estatísticas de Resultado Final referente aos anos de 2010 a 2015, elaborado com base no número total de alunos que a escola estudada atendeu durante este período em ambos os turnos (manhã e tarde):

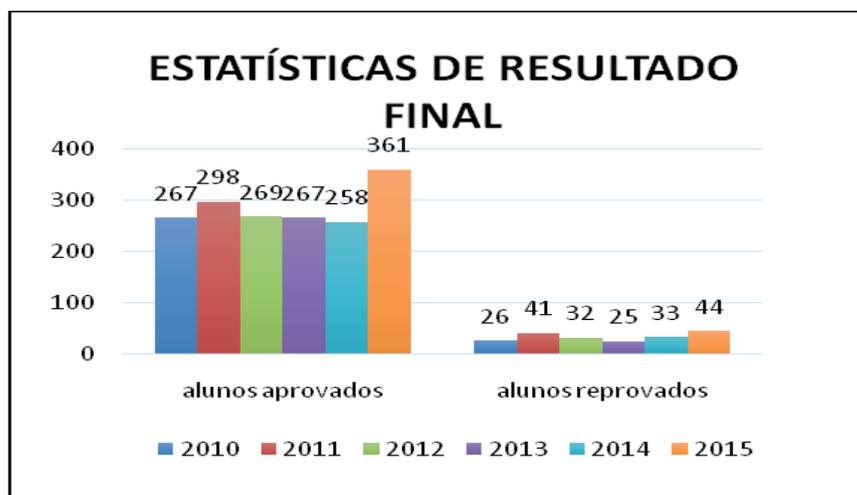


Gráfico 03 – Estatísticas de Resultado de Final de Aprovação e Reprovação

Fonte: Gráfico Elaborado Pela Equipe Pedagógica

Assim, é possível usar dos mecanismos de aprovação e reprovação, quando estes forem desenvolvidos para criar práticas pedagógicas que sejam mais eficientes e mais dinâmicas. Neste contexto, a avaliação representa o desafio em formar o cidadão crítico do conhecimento e traz consigo um resultado pedagógico efetivo em sua ação pedagógica.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a reprovação e a aprovação são vistas isoladas do contexto escolar e sem uma prática pedagógica motivadora e efetiva, pouco significado elas representam. Dificilmente pode-se olhar para este resultado e dizer que a aprovação reflete o estudante melhor ou mais inteligente do que aquele que foi reprovado.

No entanto, quando o que se pleiteia com a avaliação é a educação de qualidade, o apoio educativo preciso e qualificado ao estudante, naquilo que tem de maior necessidade, é primordial para que possa além de compreender um conteúdo, também tenha a capacidade de utilizá-lo significativamente em sua vida cotidiana.

Neste sentido, quando o estudante percebe que os familiares se interessam por seus estudos e por suas experiências escolares, ele sinta-se valorizado, desenvolvendo-se de forma segura e com boa autoestima. Essa demonstração de interesse pela vida escolar dos filhos é parte fundamental em seu processo de aprendizagem.

Deste modo, a reprovação e aprovação passam a ver vista como oportunidades às especificidades que os estudantes têm em seu processo de ensino e aprendizagem, que precisam ser trabalhadas de maneira diferenciada e contínua.

REFERÊNCIAS

ARAUCÁRIA. **Resolução CME/Araucária nº 02/2010** em alteração das Resoluções CME/ Araucária nº 08/2006 e nº 01/2007. [Disponível em: <https://pt.slideshare.net/sandraluccas/resoluo-cmearaucria-n-022010> - Acesso em 17/07/2018].

BOTH, I. J. **Avaliação “voz da consciência” da aprendizagem**. Curitiba: Ibpex, 2011.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. [Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm acesso 20/03/16

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. [Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm - Acesso em 17/07/2018].

_____. Lei n. 8069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. [Disponível em <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/ECA%20ATUALIZADO.pdf/view> - Acesso em 17/07/2018].

DIOGO, A. M. **Famílias Escolaridade, representações parentais da escolaridade, classe social e dinâmica familiar**. Lisboa: Edições Colibri, 1998.

FERNANDES, D. Avaliação em Educação: uma discussão de algumas questões críticas e desafios a enfrentar nos próximos anos. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 9-32, jan./mar. 2013. [Disponível em http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n78/aop_0113.pdf - Acesso em 17/07/2018]

ROMANOWSKI, J. P.; WACHOWICZ, L. A. **Projeto pedagógico do curso de pedagogia na modalidade a distância** - Faculdade Internacional de Curitiba. Curitiba, 2006.

ANEXOS

Quadro 01

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 1º SEMESTRE / 2015																			
TURMA: 1º _____ TURNO: _____																			
ALUNO	MATEMÁTICA								LÍNGUA PORTUGUESA								P.E.	OBS.	
	01	02	03				04	05	01	02	03				04	05			06
			A	B	C	D					A	B	C	D					
01																			
02																			
[...]																			
Matemática:									Língua Portuguesa:						Produção Escrita				
1- Discriminação auditiva numérica									1- Discriminação auditiva						Coesão				
2 - Escrita numérica									2- Ortografia						Coerência				
3 – A) Interpretação de gráfico pictográfico									3- A) Leitura e interpretação de frases						Estrutura				
3 – B) Análise de gráfico pictográfico (noções de adição)									3- B) Leitura e interpretação de frases						Caligrafia				
3 – C) Análise de gráfico pictográfico (noções de subtração)									3- C) Leitura e interpretação de frases						Pontuação				
3 – D) Construção de gráfico pictográficas									3- D) Identificar o tema central da pequenos textos						Ortografia				
4 – Situação problema com noções de adição e de subtração									4- Gramática contextualizada						Expansão de ideias				
5 – Identificação do sistema monetário (cédulas e moedas)									5- Ordem alfabética										

Quadro 02

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 1º SEMESTRE / 2015																	
TURMA: 2º _____ TURNO: _____																	
ALUNO	MATEMÁTICA					LÍNGUA PORTUGUESA					P.E.	OBS.					
	01	02	03				04	05	01	02			03				04
			A	B	C	D					A	B	C	D			
01																	
02																	
[...]																	
Matemática:									Língua Portuguesa:						Produção Escrita		
1- Discriminação auditiva numérica									1- Discriminação auditiva								
2 - Escrita numérica									2- Ortografia						coesão		
3 – A) Interpretação de tabela									3- A) Leitura e interpretação de pequeno texto						coerência		
3 – B) Análise de tabela e operação (adição)									3- B) Leitura e interpretação de pequeno texto						estrutura		
3 – C) Análise de tabela e operação (subtração)									3- C) Leitura e interpretação de pequeno texto						caligrafia		
3 – D) Construção de tabelas pictográficas									3- D) Identificar o tema central pequeno da história						pontuação		
4 – Situação problema com adição e subtração									4- Gramática contextualizada						ortografia		
5 – Reconhecimento do sistema monetário (cédulas e moedas)									5- Ordem alfabética						Expansão de ideias		

Quadro 03

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 1º SEMESTRE / 2015																	
TURMA: 3º _____ TURNO: _____																	
ALUNO	MATEMÁTICA					LÍNGUA PORTUGUESA					P.E.	OBS.					
	01	02	03				04	05	01	02			03				04
			A	B	C	D					A	B	C	D			
01																	
02																	
[...]																	
Matemática:									Língua Portuguesa:						Produção Escrita		
1- Discriminação auditiva numérica									1- Discriminação auditiva								
2 - Escrita numérica									2- Ortografia						coesão		
3 – A) Interpretação de tabela									3- A) Leitura/ interpretação texto						coerência		
3 – B) Análise de tabela e operação (adição)									3- B) Leitura e interpretação de texto						estrutura		
3 – C) Análise de tabela e operação (subtração)									3- C) Leitura e interpretação de texto						caligrafia		
3 – D) Análise de tabela e operação (noções de multiplicação)									3- D) Identificar o tema central da história						pontuação		
4 – Situação problema com adição e subtração									4- Gramática contextualizada						ortografia		
5 – Operações com uso do sistema monetário (adição)									5- Ordem alfabética						Expansão de ideias		

Quadro 04

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 1º SEMESTRE / 2015																		
TURMA: 4º _____ TURNO: _____																		
ALUNO	MATEMÁTICA								LÍNGUA PORTUGUESA						P.E.	OBS.		
	01	02	03				04	05	01	02	03				04		05	06
			A	B	C	D					A	B	C	D				
01																		
02																		
[...]																		
Matemática:								Língua Portuguesa:						Produção Escrita				
1- Discriminação auditiva numérica								1- Discriminação auditiva										
2 - Escrita numérica								2- Ortografia						coesão				
3 – A) Interpretação de tabela								3- A) Leitura e interpretação de texto						coerência				
3 – B) Análise de tabela e operação (adição)								3- B) Leitura e interpretação de texto						estrutura				
3 – C) Análise de tabela e operação (subtração)								3- C) Leitura e interpretação de texto						caligrafia				
3 – D) Análise de tabela e operação (multiplicação)								3- D) Identificar o tema central da história						pontuação				
4 – Situação problema com noções de divisão								4- Gramática contextualizada						ortografia				
5 – Utilização da vírgula em sistema monetário (adição)								5- Ordem alfabética						Expansão de ideias				

Quadro 05

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – 1º SEMESTRE / 2015																		
TURMA: 5º _____ TURNO: _____																		
ALUNO	MATEMÁTICA								LÍNGUA PORTUGUESA						P.E.	OBS.		
	01	02	03				04	05	01	02	03				04		05	06
			A	B	C	D					A	B	C	D				
01																		
02																		
[...]																		
Matemática:								Língua Portuguesa:						Produção Escrita				
1- Discriminação auditiva numérica								1- Discriminação auditiva										
2 - Escrita numérica								2- Ortografia						coesão				
3 – A) Interpretação de tabela								3- A) Leitura e interpretação de texto						coerência				
3 – B) Análise de tabela e operação (adição)								3- B) Leitura e interpretação de texto						estrutura				
3 – C) Análise de tabela e operação (subtração)								3- C) Leitura e interpretação de texto						caligrafia				
3 – D) Análise de tabela e operação (multiplicação)								3- D) Identificar o tema central da história						pontuação				
4 – Situação problema com divisão								4- Gramática contextualizada						ortografia				
5 – Utilização da vírgula em sistema monetário (adição e subtração)								5- Ordem alfabética						Expansão de ideias				

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-95-6



9 788585 107956